

1 **Ata 01/2023** – No dia vinte e nove do mês de março do ano de dois mil e vinte três, às 13
2 horas e quarenta e cinco minutos, reuniram-se os membros do **Conselho Municipal dos**
3 **Direitos da Pessoa com Deficiência (CMPCD)** na Central dos Conselhos, sito à Rua Santo
4 Campagnolo, 1216, Vila Industrial, para **Reunião Ordinária**, contando com a presença dos
5 seguintes conselheiros/as GESTÃO 2021-2022: Sueli Rosa Rodrigues, Lucimar Recalcatti
6 Vieira, Jane Cassemiro do Prado, Fernanda Bonfim Rocha, Sandra Beatriz Schossler, Junior
7 Rasbolt e Wellington Cassio Barbosa de Oliveira. Registra-se também a presença de Gelci
8 Eliane Fetsch (ADF) e Roseli de Oliveira Francisco (ADF). A presidente Sr. Jane inicia a
9 reunião cumprimenta e dá boas vindas a todos e apresenta a **PAUTA: a)** Deliberar sobre
10 alteração no e-mail do CMPCD; **b)** Registro de Entidades Não-Governamentais; **c)** Decreto de
11 nomeação de conselheiros do CMPCD; **d)** Presidência do CMPCD. **INFORMES: a)** Atas
12 CMPCD; **b)** Site CMPCD; **c)** Rede Intersetorial de Proteção Social; **d)** Outros informes. A Sra.
13 Sueli pede acréscimo de pauta **e)** Suspensão do passe livre para pessoas com deficiência.
14 **Item de Pauta A - Deliberar sobre alteração no e-mail do CMPCD:** A Sra. Heloísa informa
15 que quando o e-mail foi criado, foi cadastrado como e-mail para menor de idade, e, várias
16 funcionalizades estão bloqueadas, além de não conseguir fazer os logins em aparelhos
17 diferentes, e para que outras pessoas tenham acesso, presidente, vice-presidente, ela sugere
18 a alteração para Gmail e colocar uma mensagem automática no e-mail do Hotmail informando
19 a alteração. O Sr. Júnior sugere pegar os e-mails mais importantes do Hotmail e arquivar
20 numa pasta para não se perder porque o Conselho tem histórico de perda de documentação.
21 Após isso a presidente Jane coloca em deliberação e o mesmo é aprovado em plenária. **Item**
22 **de Pauta B - Registro de Entidades Não-Governamentais:** O Sr. Júnior comenta que está
23 faltando os Governamentais, porque também precisam se registrar. A Presidente Jane
24 comenta que conversou com o presidente da ADVT e ele relatou que eles precisam de uma
25 justificativa para o registro no Conselho e eles também não concordam com o artigo 5º da
26 resolução que diz que para ter uma cadeira no conselho precisa ter um cadastro, ela diz que
27 eles associam com o artigo 8º da Constituição em que diz que ninguém é obrigado a filiar-se a
28 nenhum tipo de associação, baseado nisso eles sentem que é coercitivo, obrigando as
29 entidades a se registrarem para ter uma cadeira. A Sra. Fernanda diz que, assim como os
30 demais conselheiros, não compreendeu o motivo do não querer se registrar no Conselho. A
31 Sra. Lucimar comenta que é obrigatório que as entidades tenham documentação que se pede
32 para registro, como estatuto e que a legislação do Conselho é algo definido nacionalmente,
33 não é algo do Conselho de Toledo, e ela entende que enquanto as entidades não estiverem
34 devidamente registradas ela entende que o Conselho está ilegal, ela sugere que o Conselho

35 convide um advogado para prestar explicações. A Sra. Fernanda diz que entendeu da fala do
36 Sr. presidente da ADVT que ele disse que quando eles precisam eles vão diretamente no
37 Ministério Público, ou seja, eles não precisam do Conselho. A Sra. Lucimar comenta ainda que
38 caso haja uma fiscalização do Ministério Público a entidade poderia ser fechada por falta
39 dessa documentação e deste registro no Conselho. O Sr. Júnior comenta ainda, que a maioria
40 das entidades não tem sede própria, estão em espaço cedido pelo município e que esta
41 inscrição é importante. Diz ainda que, deixou claro em vários momentos que o Conselho não
42 vai se intrometer na administração das entidades e sim, fiscalizar as mesmas. A Sra. Lucimar
43 ressalta também que o Conselho vai fiscalizar todas as entidades, especialmente se houver
44 denúncia. O Sr. Júnior diz que por isso também quem tem cadeira precisa ter cadastro. A Sr.
45 Júnior comenta que a única entidade que entregou a documentação foi a APAE. O Sr. Júnior
46 falou que é possível oferecer uma capacitação, um treinamento sobre a documentação. O Sr.
47 Júnior propõe adiar a resolução e o Conselho pedir para as instituições encaminharem a
48 documentação e a instituição que não quer enviar a documentação, justificar por escrito
49 porque não vai enviar, no prazo de quarenta e cinco dias. **Item de Pauta C - Decreto de**
50 **nomeação de conselheiros do CMPCD:** O Sr. Júnior apresenta que o último decreto com as
51 nomeações do Conselho é de 2015, e a sugestão é encaminhar para o governo uma nova
52 edição do decreto, colocando as interpretações do Conselho e fazendo somente um
53 documento novo. Então, diz que será enviado para as entidades um ofício pedindo indicação
54 de titular e suplente. A Sra. Jane coloca em deliberação e é aprovado pelos presentes. O Sr.
55 Júnior comenta também que precisará ser atualizada a lei do Conselho, porque, por um erro
56 de texto, o Conselho ficou vinculado à Secretaria de Administração, então precisa mudar o
57 texto pra vincular a Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e
58 Desenvolvimento Humano (SMDH), e isto será declarado em ata, o ajuste na legislação
59 colocando a SMDH como gestora do Conselho. A Sra. Jane coloca em deliberação este ajuste
60 na lei e é aprovado pelos presentes. **Item de Pauta D - Presidência do CMPCD:** O Sr. Júnior
61 diz que vence nesta reunião ordinária a licença dele de cento e oitenta dias e que, como
62 previsto ele gostaria de retornar, mas quer ouvir as opinião de todos só conselheiros
63 especialmente a Sra. Jane. A Sra. Lucimar fala que em nome do Conselho agradecem o
64 excelente trabalho realizado pela Senhora Jane neste período. A Sra. Jane também agradece
65 a todos. **Item de Pauta - E Suspensão do passe livre para pessoas com deficiência** A Sra.
66 Sueli diz que precisa de um aconselhamento, o Primo João, ex-presidente do Conselho, ele
67 era representante da associação dos deficientes e ele legislou contra esta associação, a
68 Comissão que foi o Dr. Raul Xavier, a Dra. Gabriela que hoje é Secretária de Saúde, o Ladelha

69 que é Guarda Municipal e mais o advogado da prefeitura, ela pediu para participar porque
70 havia muita pessoas que a procuraram dizendo que tem deficiência e o Passe Livre foi
71 cancelado, ela mostra um papel que era enviado para as pessoas, que solicita que o usuário
72 anexe laudo médico especificando o grau de incapacidade, ela questiona então se existe
73 pessoa 50%, 30% deficiente?, ou é deficiente ou não é, e começou a acontecer dela discutir
74 com o Dr. Raul e com o Primo João, e diz também que essas pessoas foram diversas vezes
75 no posto de saúde durante a pandemia, pedir um laudo para passar na Comissão, ela disse
76 que achou que isso era assunto ultrapassado, mas aí as amigas dela que tem deficiência
77 visível e precisam de um laudo, ela diz que o informe é que ela vai fazer um chamamento
78 público para quer as pessoas que tem deficiência física e que foram lesadas a procurem. A
79 Sra. A Sra. Fernanda diz que precisa ver o decreto, quais deficiências estão declaradas lá e se
80 estão de acordo com a lei de deficiência. Alguns conselheiros sugerem que seja
81 disponibilizado um profissional médico, algumas horas por mês para realizar as consultas e e
82 laudos. O Sr. Júnior fala então que farão uma deliberação, que vai passar por e-mail para
83 todos e então convocarão uma reunião extraordinária. **Item de Informes c) Rede Intersetorial**
84 **de Proteção Social:** A Sra. Heloísa comenta que houve esse convite no ano passado, mas
85 ela vai enviar novamente no grupo, as informações data, local, entre outros. A Sra. Jane então,
86 encerra a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Jaina Caroline Lunkes, encerro a presente
87 ata, a qual será encaminhada por e-mail aos conselheiros/as, para apontamentos de eventuais
88 retificações e na próxima reunião ordinária deste conselho, a ata será aprovada e assinada
89 pelos presentes.